

Consultor(a): **Tatiana Braz Ribeiral**

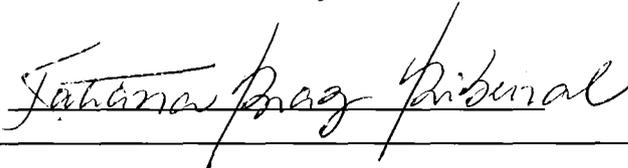
Entidade: Ministério da Justiça - SNJ

Número e Título do Projeto: BRA/X66 – Elaboração de proposta de metodologia para orientar a atuação da Estratégia Nacional de combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.

Produto 1: Relatório Técnico de análise crítica da estrutura e metodologia de trabalho da ENCCLA

Local e data: Brasília-DF, 30 de julho de 2013.

Assinatura:



Sumário

1 - Introdução	3
2 - Análise da estrutura de trabalho	5
2.1- Organização.....	5
2.2-Formalização e seleção	6
2.3- Composição.....	8
2.4- Principais demandas.....	9
2.5- Resultados	11
3 - Análise da metodologia de trabalho	15
3.1- Funcionamento	15
3.2- Plenárias.....	15
3.3- Reuniões dos grupos de trabalho	16
3.4- Gabinete de Gestão Integrada (GGI)	17
3.5- Relatórios de ação	17
3.6- Relatórios anuais	19
3.7- Participação e engajamento.....	20
3.8- Deliberação	23
3.9- Monitoramento e comunicação institucional.....	24
4 - Considerações finais	30
5 - Referências bibliográficas	32
6 - Anexo	33



1- Introdução

O debate relativo à cooperação jurídica internacional fomentou no Estado brasileiro, em 2003, a criação do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) e da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). No âmbito do Ministério da Justiça, o DRCI e a ENCCLA promovem a formulação de políticas públicas integradoras, ao invés de atuações isoladas ou sobrepostas do Estado.

A ENCCLA foi criada para o combate coordenado aos crimes de lavagem de dinheiro e ao enfrentamento das práticas de corrupção. O tema ganhou importância com a promulgação da Lei 9.613/98, responsável por tipificar o crime de lavagem de dinheiro e com as diversas convenções internacionais ratificadas no Brasil. Dentre elas, estão a Convenção de Viena (1998), que instituiu a tipificação do crime de lavagem de dinheiro, a Convenção de Palermo (2000), contra o crime organizado transnacional e a Convenção de Mérida (2003), contra a corrupção.¹

O objetivo da ENCCLA foi a construção de ambiente organizado a partir da articulação entre instituições públicas nacionais, conselhos federais, órgãos financeiros e de controle externo, associações de promotores, associações de juizes, dentre outros órgãos. Em dez anos, estas ações culminaram com a especialização e a capacitação de funcionários, a produção de normativas e de novos procedimentos institucionais, além do compartilhamento de estudos, estatísticas e informações, dentre outros resultados.

No intuito de avaliar e aprimorar os trabalhos desenvolvidos na ENCCLA, a consultoria Projeto BRAX/66, contrato UNODC, tem por objetivo a elaboração de proposta de metodologia para orientar a atuação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). O presente relatório é o primeiro produto desta consultoria.

¹ A Convenção de Viena foi o primeiro marco para tipificação da lavagem de dinheiro como crime internacional e a Convenção de Palermo promoveu técnicas de investigação a serem adotadas pelos países-partes. A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), ocorreu em 2003, na cidade de Mérida, México. No Brasil, a Convenção da ONU contra a Corrupção foi ratificada pelo Decreto Legislativo N.º 348, de 18 de maio de 2005, e promulgada pelo Decreto Presidencial N.º 5.687, de 31 de janeiro de 2006. (fonte: www.unodc.org e www.cgu.gov.br, acessado em 25 de junho de 2013).



O Produto I corresponde ao resultado de pesquisa em documentos disponibilizados pela Secretaria Executiva da ENCCLA e da participação presencial em reuniões de ações e trabalhos cotidianos desenvolvidos, entre março e junho de 2013. Os documentos históricos observados foram relatórios, memórias de reuniões e estudos técnicos.²A participação ocorreu em reuniões de grupos de trabalho e em reunião do Gabinete de Gestão Integrada (GGI).

A organização e o funcionamento da ENCCLA foram objeto de pesquisa presencial e puderam ser observadas de modo a complementar as informações disponibilizadas nos documentos. A consultoria realizou breves subsídios e auxílios na produção de memórias de reuniões, levantamentos bibliográficos, formulação de leiaute para produção de atas (em teste) e na participação no Seminário "Financiamento de Campanhas Eleitorais e Práticas de Corrupção", organizado pelo DRCI, em maio de 2013. Em linhas gerais, esta pesquisa procurou analisar o desenho institucional e as formas cotidianas de organização da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.

² Os relatos e descrições dos resultados das ações e dos relatórios anuais foram apresentados de forma resumida para os anos de 2004 e 2009 e, em detalhamento, para 2011 e 2012. Estas informações estão no anexo deste documento. As informações apresentadas foram pesquisadas em documentos produzidos ao longo de 10 anos da estratégia. A redação do Produto I implicou no estudo de relatórios, memórias, atas, pareceres, recomendações, justificativas, censos, dentre outros documentos pesquisados. Em virtude da quantidade de informações, optou-se pela análise geral e descrição dos principais relatórios. Dentre os documentos foram analisados relatórios de ação, relatórios finais, memórias e dois bancos de dados, site do Ministério da Justiça, etc. Os documentos foram observados e sistematizados seguindo as informações disponibilizadas nos arquivos da Secretaria Executiva e no *site* do Ministério da Justiça (www.portal.mj.gov.br). No anexo estão apresentadas informações acerca dos relatórios finais, desde a criação da ENCCLA, bem como dos relatórios de ações, anos de 2011 e 2012, além dos censos realizados em 2005 e 2006.

2- Análise da Estrutura

Neste tópico relativo à estrutura foram apresentadas análises acerca da seleção, formalização, principais temas abordados, demandas e motivações, além de reflexões sobre o desenho institucional da ENCCLA. Diversas sugestões foram apontadas ao longo do texto e as descrições do histórico das ações incorporadas ao anexo deste documento.

2.1- Organização

A concretização de políticas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro assenta-se em decisões governamentais. Este desenho institucional pode trazer instabilidade na disponibilização de recursos humanos e orçamentários, a depender das prioridades identificadas. A ENCCLA deve ser estruturada como uma política de Estado e não sofrer a instabilidade das mudanças nos governos, considerando a importância e complexidade dos temas tratados em seu âmbito.

Desde a sua criação, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça (DRCI-MJ) abriga a Secretaria Executiva da ENCCLA, responsável pela condução de apoios para o desenvolvimento das ações. As atribuições da Secretaria Executiva da ENCCLA são fundamentais para o exercício dos objetivos da instituição. Dentre as tarefas da Secretaria Executiva da ENCCLA, verifica-se a existência tanto de atividades administrativas, em sentido mais restrito, quanto de atividades preponderantemente técnicas e de monitoramento, evidenciando a necessidade de uma equipe com profissionais de perfis diversos.

Os funcionários da Secretaria Executiva da ENCCLA são fundamentais apoiadores diante das inúmeras tarefas advindas dos esforços de concertação, mobilização, produção de conteúdo, de emails de convite e acompanhamento, distribuição de atribuições entre os participantes, trabalhos de preparação e finalização de reuniões (atas, memórias de reuniões, pautas). No entanto, embora os resultados e avanços sejam muito significativos, como veremos adiante, de 2010 a 2013, a ENCCLA perdeu considerável número de servidores responsáveis por estas tarefas.



A excessiva concentração de funções e atribuições aos servidores da Secretaria Executiva impacta em dificuldades de institucionalização dos resultados da ENCCLA. A Secretaria Executiva, que em 2010 possuía dez (10) funcionários exclusivos para o desenvolvimento de suas tarefas, conta hoje com quatro (4) servidores, sendo que essa Coordenação-Geral, responsável pela estratégia, detém outras atribuições, como por exemplo, o Programa Nacional de Treinamento e Capacitação para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD). A diminuição do quadro de pessoal na organização e administração impacta diretamente a capacidade de responder aos diversos desafios vivenciados atualmente na ENCCLA.

Sugerimos que o número de pessoal disponível para a execução de tarefas cotidianas da ENCCLA seja reforçado com servidores exclusivamente responsáveis pelo apoio às atribuições cotidianas da estratégia nacional. Entre estes perfis, cumpre destacar o apoio para a área de comunicação e administração.

Além da ampliação dos recursos humanos, é importante prever um cenário em que sejam disponibilizados recursos orçamentários diretamente para a instituição, também entendidos na forma de convênios e parcerias institucionais a serem firmados pela estratégia. A ampliação de recursos humanos e orçamentários disponíveis, certamente, irá fortalecer os objetivos da ENCCLA. Especialmente, porque as ações são creditadas à produção e formulação coletiva, cooperativa e integradora. Assim, precisam ser dimensionadas como um esforço coletivo de articulação institucional e, para tanto, necessitam de recursos suficientes para organização, monitoramento e publicização de suas ações.

2.2-Formalização e seleção

A formalização e a seleção de representantes dos órgãos que participam da estratégia são procedimentos essenciais para a qualificação do processo deliberativo. A proposta de formalização precisa ser objeto de debate uma vez que não há regimento interno, resolução ou ato formativo que regulamente a participação na ENCCLA.

A seleção do participante é realizada mediante convite formal encaminhado pela Secretaria Executiva ao órgão ou instituição componente. O convite é assinado

pelo Ministro da Justiça, Secretário Nacional de Justiça e pelo Diretor do DRCI. Ao ser encaminhado aos órgãos de origem, a seleção do participante é exclusiva atribuição das instituições parceiras. Apesar da Recomendação 01/2010 percebe-se uma falta de critérios de alguns órgãos na escolha de seus representantes ou orientações que estimulem a escolha de perfis vocacionados por parte da instituição colaboradora.

Em geral, são indicados um ou dois representantes que deverão participar da ENCCLA. Todavia não há limites impostos a respeito do número de membros indicados por tema ou reunião. Há instituições que apresentam um número maior de participantes que se alternam nas reuniões. Essa autonomia de indicação e de substituição do representante pode implicar, entre outras questões, em alta rotatividade dos membros ao longo do ano. E, embora no convite formal encaminhado pela Secretaria Executiva seja solicitado ao órgão o apontamento de titulares e suplentes, esta não é uma definição absorvida no cotidiano dos trabalhos das ações.

Sugerimos que as instituições parceiras formalizem justificativas diante da substituição de seus representantes e que efetivem titulares e suplentes. A rotatividade deve ser, na medida do possível, fomentada como um atributo natural de aposentadorias ou afastamentos por motivos de saúde, por exemplo. Isto porque o tema do enfrentamento aos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro tem uma abordagem complexa e exige a especialização de seus interlocutores. Desta forma, as instituições participantes da ENCCLA precisam investir no *expertise* de seus representantes. A diminuição da rotatividade está associada à institucionalização de procedimentos e regras que podem ser estimulados, para que venham a fazer parte da cultura institucional da ENCCLA.

Assim, destacamos a solução imposta por mandatos pré-definidos, formalizados, associados ainda à implantação de procedimentos que se atentem para a importância de justificativas institucionais diante da substituição dos nomes indicados por cada órgão. O argumento dirige-se para a defesa da construção de internalizações, da formalização da estratégia e da instituição de procedimentos formais e informais.³

³ Outra questão importante, relativa ao fomento de maior institucionalização da ENCCLA, inclui a produção e o consentimento de regras de convivência e de participação. De toda sorte, no ano de 2012, houve uma preocupação com a estruturação de regras informais para a participação na

2.3- Composição

A ENCCLA, desde a sua formação inicial, é composta por órgãos permanentes, além de instituições convidadas, como bancos estatais, associação de promotores e associação de juízes.⁴ Atualmente, a estratégia nacional conta com mais de sessenta órgãos dentre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, instituições convidadas, conselhos e associações nacionais.⁵

ENCCLA. Nesta direção, foi proposta a assinatura, em plenária anual, do documento "Protocolo de Intenções". Este documento reafirmou, por cada instituição participante, medidas consensuadas que atribuem direcionamento e alcance conceitual à ENCCLA. O "Protocolo de Intenções" foi um documento produzido na última plenária anual, em 2012, e foi assinado por alguns participantes ENCCLA. Este documento, embora não tenha sido discutido e absorvido pelos órgãos colaboradores uma vez que foi apresentado exclusivamente no momento da plenária, pode ser um indicativo importante de formalização do comprometimento com a participação nas atividades desenvolvidas pela ENCCLA, ao longo dos anos. Enfatizamos a importância de medidas como esta, embora ainda insatisfatórias diante da necessidade de produção de um ato normativo que estabeleça mais fortemente o vínculo e o comprometimento entre os pares.

⁴ Formação inicial da ENCCLA: Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Advocacia-Geral da União (AGU), Banco Central do Brasil (BACEN), Casa Civil da Presidência da República, Controladoria-Geral da União (CGU), Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), Conselho da Justiça Federal (CNJ), Departamento de Polícia Federal (DPF), Departamento de Polícia Rodoviária Federal (PFR), Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI/MJ), Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Ministério Público Federal (MPF), Ministério da Justiça (MJ), Ministério da Previdência Social (MPS), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Tribunal de Contas da União (TCU).

E as seguintes secretarias: Secretaria de Direito Econômico, Secretaria de Previdência Complementar, Secretaria Nacional Anti-Drogas, Secretaria Nacional de Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Secretaria da Receita Federal.

Como convidados especiais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Ministério Público do Estado de São Paulo, Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Ordem dos Advogados do Brasil, Colégio de Diretores das Escolas do Ministério Público, Associação dos Magistrados Brasileiros, Associação dos Juízes Federais, CONAMP.

⁵ Segundo o site www.portal.mj.gov.br, os atuais participantes da ENCCLA, são:

Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Associação dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Advocacia-Geral da União (AGU), Associação dos Juízes Federais (AJUFE), Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ), Associação Nacional dos Procuradores de Estado (ANAPE), Associação Nacional de Procuradores da República (ANPR), Banco Central do Brasil (BACEN), Banco do Brasil (BB), Câmara dos Deputados, Casa Civil da Presidência da República, Colégio dos Corregedores de Justiça, Caixa Econômica Federal (CEF), Controladoria-Geral da União (CGU), Conselho da Justiça Federal (CJF), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselho Nacional de Política, Criminal e Penitenciária (CNPCP), Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do, Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil (CONCPC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Departamento de Estrangeiros (DEEST), Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DEJUS), Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Departamento de Polícia Federal (DPF), Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (ETP), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Grupo Nacional de Combate à Organizações Criminosas (GNCOB).



A ENCCLA tem fomentado novas adesões por meio de convites formais à participação institucional em seu processo deliberativo. Destacamos dois casos relevantes em relação à adesão e ao desligamento da ENCCLA: a adesão e a nomeação de representante do Tribunal Superior Eleitoral; e a ausência de representantes da Casa Civil e do Senado Federal, desde 2012, nas deliberações da ENCCLA. O Tribunal Superior Eleitoral, objeto de reiterados convites por parte da Secretaria Executiva e do colegiado da ENCCLA, nomeou o representante do órgão recentemente, em maio de 2013. As adesões são também respostas aos produtos gerados pela estratégia, como seminários, por exemplo. Este foi o caso do TSE. A nomeação foi estimulada pelo convite à participação do TSE no “Seminário de Financiamento de Campanhas Eleitorais e Práticas de Corrupção”, produzido pela DRCI/ENCCLA. Em relação ao afastamento de membros e instituições, a Casa Civil e o Senado Federal, não tem formalizado representantes para a ENCCLA, desde 2012. Mesmo não sendo um afastamento definitivo são dois órgãos importantes para o processo de produção de consenso no Estado brasileiro.

Sugerimos atenção da Secretaria Executiva e do GGI ao monitoramento no que diz respeito à permanência e ausência de representantes potencialmente estratégicos para a ENCCLA. Dados relativos à entrada e saída de instituições e representantes devem ser alvo de monitoramento e publicização interna. Esta reflexão sugere a premência da discussão relativa à formalização da ENCCLA.

2.4- Principais demandas

As principais motivações da ENCCLA dizem respeito à necessidade de responder às pactuações com organismos internacionais, bem como demandas internas para criação/formalização de cadastros, sistemas, capacitações e propostas normativas. Nesta perspectiva, o Brasil é pioneiro no que se refere ao potencial de resposta ao debate internacional e na capacidade de integrar ações para o enfrentamento dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

Como exemplo de motivação internacional, dentre outros, citamos a Ação 01/13 (continuidade da Ação 04/12) e a Ação 07/13, voltada para implementação do Cadastro de Pessoas Expostas Politicamente (PEPs). A Ação 04/12, e a sua continuidade, a Ação 01/13, foram coordenadas pelo Banco Central do Brasil



(BACEN) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). A Ação 01/13 instituiu grupo permanente de avaliação de risco visando elaborar relatório para identificar, avaliar e compreender os riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo no País.

De acordo com o relatório final da Ação 04/12, o principal motivo de criar tal esforço foi a recomendação do GAFI para que houvesse definição, por parte do Estado brasileiro, de órgão ou instância responsável pela coordenação de uma política nacional de avaliação de riscos da lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. A proposta da ABIN foi a constituição de grupo de representantes para elaboração da análise nacional de riscos do Brasil (ANR). Foram produzidas informações para subsidiar estratégias, bem como descritas as avaliações de riscos e avaliações de ameaças realizadas em países como Argentina, Alemanha, Canadá, Bélgica, Espanha, EUA e Reino Unido. Como sugestão, foi atribuído a cada colaborador, levantamento dos negócios, produtos e serviços que considerassem passíveis de atenção, controle e avaliação.⁶

Destacamos ainda o sistema para formação de Cadastro de Pessoas Expostas Politicamente. De acordo com o Relatório Final (Ação 13/12), o objetivo da ação foi "*estabelecer requisitos de sistema para formação de Cadastro de Pessoas Expostas Politicamente (PEP)*". Foi coordenada pela Controladoria Geral da União (CGU) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).⁷ A justificativa para o surgimento da ação foi fundamentada na necessidade de adaptação às recomendações internacionais previstas, em 2003, pela Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC) e também a revisão, no ano de 2012, das 40 recomendações do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (GAFI).

Além de respostas aos organismos internacionais, a estratégia tem respondido por demandas das instituições parceiras (*withinputs*), compartilhamentos

⁶ Apenas o Ministério da Defesa, além dos coordenadores da ação (ABIN e BACEN), apresentaram contribuições gerais. Importante enfatizar que esta ação envolveu também: CVM, MP/SP, MPF, GNCOC, DPF, RFB, MD, COAF, FEBRABAN, PREVIC, SUSEP, ANPR e PGFN.

⁷ Para o cumprimento da Ação, os seguintes órgãos se dispuseram a colaborar: Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Banco Central do Brasil (BACEN), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Tribunal de Contas da União (TCU), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Conselho da Justiça Federal (CJF), Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Supremo Tribunal Federal (STF) e Ministério Público Federal (MPF).

de informações técnicas, construção de soluções colegiadas, diminuição dos entraves burocráticos e construção pactuada de instrumentos legais e normativos. Outra ação fundamental, especialmente para o Estado brasileiro, é a Ação 05/13, coordenada pelo DRCI e SNJ, que propõe a criação de órgão encarregado da administração dos bens submetidos à medida assecuratória.

Além dos grandes temas, combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, há outras iniciativas interessantes fomentadas pela ENCCLA. No próximo item foram apresentados os principais temas desenvolvidos em 10 anos de instituição, como veremos a seguir.

2.5- Resultados

Para efeitos de linguagem de pesquisa classificamos os resultados em temas. A divisão tem por intuito apresentar uma proposta de sistematização de resultados e potencialidades de monitoramento da ENCCLA. Os principais resultados e avanços podem ser observados por diversas perspectivas. Inicialmente, destacamos a dimensão formativa da ENCCLA, o valor da produção de conteúdo e informação (manuais, estudos, matérias jornalísticas e seminários), bem como a importância atribuída às adequações legislativas, jurídicas e normativas.

Assim, os principais resultados apresentados pela ENCCLA foram divididos em macrodimensões da ação coletiva⁸ e correspondem aos esforços no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, especialmente, por meio da i) especialização e formação de servidores, ii) produção de conteúdo e informação, iii) criação de banco de dados e integração de cadastros (TI), iv) além de propostas normativas de anteprojetos de lei e alterações legislativas. Observamos dezenas de relatórios finais de ação, as descrições mais detalhadas estão no anexo do documento.

Ao longo de dez anos, os trabalhos desenvolvidos pela estratégia nacional trouxeram resultados importantes para o Brasil. O aprimoramento do combate aos

⁸ O importante dilema da natureza da ação coletiva, discutido por Mancur Olson (1965), baseou-se na noção de comportamento racional e auto-interessado e questionou a idéia dentro das ciências sociais de que um grupo de indivíduos com interesses comuns agiria no sentido de conquistar seus objetivos da mesma forma como agiria por interesses particulares. Criar e participar de organizações impõe custos individuais e benefícios comuns. Assim a ausência de incentivos positivos e de sanções criaria o desestímulo à participação. Os principais problemas identificados voltam-se, assim, para a questão da viabilidade de implementação de políticas públicas diante de custos diversos e da descontinuidade ou fragmentação interna dos processos de participação.

crimes, discutidos no âmbito colegiado da ENCCLA, ocorreu por meio do controle preventivo, capacitação de servidores e integração de órgãos do Estado e da sociedade especializada, como federações financeiras e associações de promotores, juízes e delegados.

Houve, por parte do Estado brasileiro, significativo esforço para adequação do país aos padrões e exigências internacionais, resultando em normativas e procedimentos integradores, dentre outras ações. As adaptações legais, resoluções e recomendações internas produzidas também respondem às demandas nacionais, como descrito em item anterior. Os resultados observados em relatórios e documentos da ENCCLA são de significativa relevância para o país, especialmente, devido à produção de normatizações, cadastros e propostas legislativas.

Além disso, destacamos a dimensão formativa da ENCCLA e o valor da produção de conteúdo e informação (manuais, estudos, matérias jornalísticas e seminários). O tema da formação e especialização da ENCCLA, portanto a dimensão formativa, apresenta resultados de grande repercussão para o enfrentamento aos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção. Ao longo destes dez anos, o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) formou mais de 13.000 agentes capacitados em todas as regiões do país (dados de maio/13). Podemos também citar como de grande relevância, a formação de uma rede integrada de tecnologia com o Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB/LD), responsável por replicar o modelo de análise de dados nas unidades da Federação.⁹

Observamos que a capacitação e difusão de práticas, ainda que mensuradas em quantidade de cursos e de servidores especializados, todavia, ainda não dimensionam o impacto das ações na articulação, troca de informações e de *expertises* institucionais. A capacitação e difusão de procedimentos e técnicas promove resultados para além do número de servidores formados nos cursos do PNLD e LAB/LD. Isto porque são importantes também para promover a troca de

⁹ O aspecto formativo do PNLD e do LAB-LD é de absoluta importância para os trabalhos da ENCCLA. Cabe observar que as atividades formativas do PNLD não foram objeto específico de análise deste produto, entretanto, podemos destacar a ausência de estudos que avaliem a efetividade de cada um dos módulos ofertados pelo PNLD. Embora os resultados sejam significativos, é importante enfatizar que a Secretaria Executiva dispõe, atualmente, de uma única servidora para a realização de todas as tarefas administrativas associadas ao PNLD.

experiências e a difusão de melhores práticas no enfrentamento aos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção.

A uniformização de padrões e procedimentos, certamente, promove a racionalidade administrativa e a integração das ações da ENCCLA. O aprimoramento de ações do Estado, por conta da estratégia, também culminou com a organização de mecanismos de integração nacional. Citamos como significativos os esforços para a formação do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOG), no âmbito dos Ministérios Públicos Estaduais e a criação das Delegacias Especializadas em Crimes Financeiros, no âmbito do Departamento de Polícia Federal (DPF). Para fins de cooperação jurídica internacional, a ENCCLA consolidou a autoridade central no Brasil, com a criação do DRCI, além de fomentar a criação de varas especializadas da Justiça Federal.

Outra questão fundamental e pouco discutida na instituição é a produção de conteúdo e informações no intuito de qualificação dos argumentos e do debate. Os resultados das ações apontam para a importância das forças tarefas que produzem levantamentos de dados, informações técnicas e estatísticas e para a produção e capacitação em cursos e treinamentos. A formação e a informação, juntas, demonstram como está sendo construída a própria “ação comunicativa” da instituição, bem como os potenciais de articulação e contato entre os órgãos.

Os relatórios descrevem diversos estudos elaborados no âmbito da ENCCLA. Dentre eles, estão o manual descritivo de bases de dados governamentais (Censo I e II), levantamento de tipologias, criação e difusão de metodologias e técnicas de investigação, avaliação de ferramentas de *software* e *hardware* úteis, criação da WICCLA, enciclopédia *wiki* de combate à lavagem de dinheiro e banco de tipologias para padrões de atuação de criminosos, dentre outros.

Cabe lembrar a significativa relevância atribuída aos eventos da ENCCLA, especialmente às dezenas de seminários realizados. A importância está na formação de conteúdo e de qualificação para o debate. Desde a criação da ENCCLA, os seminários estão presentes e têm destaque no fomento ao debate público e compartilhamento de informações entre especialistas. Desta forma, como estratégia de comunicação, os seminários representam uma prática tradicional de aproximação e compartilhamento de informação com órgãos, associações e instituições diversas. Podemos citar, em 2012, o seminário realizado sobre extinção de domínio, o seminário sobre lavagem de dinheiro no futebol e o seminário relativo

ao financiamento de campanhas eleitorais e práticas de corrupção, este último, realizado em 2013, dentre inúmeros outros.

Embora a ENCCLA tenha resultados no plano da capacitação e difusão de informações, seminários, dentre outros, os principais esforços estão na sua capacidade de produção e interferência legislativa. As ações ocorrem, geralmente, por meio do acompanhamento de projetos de lei relevantes para a ENCCLA, inclusive com a produção de anteprojetos de lei (substitutivos ou emendas). Podem ser destacadas propostas legislativas de alteração das leis de Lavagem de Dinheiro (promulgada em 2012), de Organizações Criminosas, de Improbidade Administrativa, criação do instituto de extinção de domínio e da responsabilização da pessoa jurídica pela prática de atos ilícitos à administração, dentre outras.

Outros resultados podem ser observados em relação aos avanços percebidos na área de tecnologia de informação com a criação e fomento à criação de sistemas e cadastros e a integração entre eles. Os principais são: Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) - CNJ, Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) - BACEN, Sistema de Fornecimento de Informações ao Poder Judiciário (INFOJUD) –CNJ, Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), instituído no âmbito do BACEN, Cadastro Nacional de Entidades Sociais (CNES), Cadastro de Entidades Inidôneas e Suspeitas (CEIS), banco de informações mantido pela CGU, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), âmbito do CNJ e o Cadastro de Pessoas Politicamente Expostas (PEPs), gerido pela CGU.

Cabe frisar, no entanto, que a criação e consolidação de sistemas, redes, cadastros e normativas diversas, em muitos casos, dependem de monitoramento e avaliação. De forma complementar, devem estar bem estruturados de modo a produzir compilações anuais e a sistematização de posicionamentos da instituição. Estas questões devem ser observadas no intuito de garantir a continuidade e qualificação constante das ações e resultados da ENCCLA. As questões relativas ao monitoramento foram discutidas na análise da metodologia de trabalho, apresentadas a seguir.



3- Análise da metodologia de trabalho

Os próximos itens apresentados correspondem à descrição do funcionamento, formas de deliberação, participação e sugestões para o monitoramento da ENCCLA.

3.1- Funcionamento

Desde a criação da ENCCLA, o seu funcionamento está estruturado em metas ou ações. As ações são acompanhadas por reuniões de grupos de trabalhos, reuniões do GGI e plenárias anuais. O trabalho cotidiano é realizado a partir da escolha das ações anuais e pressupõem a gestão em coordenadorias.

O resultado do trabalho desenvolvido fica documentado em atas, memórias de reunião, relatórios parciais e estudos técnicos, relatórios de ação e relatórios finais anuais. Para termos dimensão dos esforços coletivamente empenhados na ENCCLA, de acordo com o Relatório Final de 2011, em média, são realizadas 70 reuniões por ano, entre reuniões de grupos de trabalho e do GGI. No entanto, as deliberações mais importantes são tomadas em plenária anual, em geral, realizada no mês de novembro. Desta forma, podemos projetar o número de duas a cinco reuniões realizadas por ano, por ação. Nos últimos dois anos foram definidas de 12 a 14 ações. No entanto, cabe enfatizar que não há uma produção sistemática de informações relativas ao acompanhamento de reuniões e a produção anual de estatísticas que permitam a comparação e o planejamento plurianual.

3.2- Plenárias

As plenárias são realizadas anualmente e participam das atividades todos os órgãos da ENCCLA. Na plenária anual são também definidos os responsáveis por cada ação, coordenadores e colaboradores, que terão o prazo de um ano para apresentação do relatório final ao grupo. Nas plenárias são discutidos os trabalhos realizados ao longo do ano, além de deliberadas as ações e metas para o ano



subsequente. Ao final do ano, os coordenadores de ação apresentam os relatórios finais que são objeto de aprovação.

As plenárias são fundamentais para o processo de formação de argumentos e de consensos dentro do processo deliberativo da ENCCLA. Desde 2003, as plenárias anuais são responsáveis pela aprovação dos relatórios e a definição das subsequentes metas e ações dos grupos de trabalho. As aprovações podem ser totais ou parciais.

É desejável que a plenária seja um momento de deliberação pública diante de uma programação baseada em ações previamente conhecidas por todos, especialmente, no que diz respeito aos relatórios de ação e às propostas de novas ações. Observamos, no entanto, que os posicionamentos favoráveis, contrários ou colaborativos devem ser passíveis de preparação, mesmo entendendo-se a plenária também como o momento formativo de opiniões e convencimentos, dirigida para o diálogo e a opinião qualificada.

3.3- Reuniões dos grupos de trabalho

Os grupos de trabalho estão distribuídos e numerados em ações, para cada ação há um grupo de trabalho responsável. Tais grupos são constituídos por órgãos participantes e convidados, os quais realizam diversas reuniões ao longo do ano para executar as ações deliberadas em plenária anual. O padrão de engajamento é a "força tarefa", entendida como a capacidade de contribuir com informações para a discussão do grupo de trabalho e a realização de tarefas específicas, como por exemplo, a proposição de textos legislativos, a análise de relatórios de organismos internacionais etc.

Em geral, as reuniões são convocadas pela Secretaria Executiva, ou ainda, deliberadas e encaminhadas em reuniões anteriores. No último mês, uma boa prática tem sido implementada nas reuniões de grupos de trabalho. Esta prática diz respeito à distribuição impressa da pauta e do resumo das memórias de reunião para os membros, imediatamente antes da reunião. Embora simples, esta ação tende a fortalecer o debate, rememorar os participantes das últimas deliberações e, assim, qualificar as argumentações. A assiduidade é controlada por meio de lista de presença, todavia, ainda não foi objeto de sistematização de informações para o

monitoramento da participação de cada membro e de cada instituição parceira. O acompanhamento de assiduidade pela Secretaria Executiva, bem como a publicização para os demais membros é medida importante e uma das sugestões desta consultoria.

3.4 - Gabinete de Gestão Integrada (GGI)

O GGI foi criado em 2004. Atualmente, é composto por um número seletivo de órgãos (25) responsáveis por acompanhar a execução das ações, planejar e propor recomendações a serem discutidas em reunião plenária. Para o ano de 2013, decidiu-se por alterar o funcionamento do GGI para reuniões trimestrais, ao invés de bimestrais.¹⁰

As reuniões são importantes especialmente quando orientadas para o monitoramento e o acompanhamento do cronograma de execução das ações. Entretanto, é importante enfatizar que o monitoramento não foi devidamente efetivado na ENCCLA ou mesmo absorvido como uma atribuição organizada do Gabinete de Gestão Integrada. Esta questão pôde ser observada na última reunião do GGI, realizada no primeiro semestre de 2013.

3.5- Relatórios de ação

Como descrito em item anterior, os resultados do trabalho de coordenadores e colaboradores são apresentados na plenária anual na forma de relatórios finais de

¹⁰ Observamos nos documentos e relatórios a presença de grupos que realizaram algum monitoramento, acompanhando o cronograma de implantação das ações, por exemplo. De acordo com os relatórios anuais, entre os anos de 2008 e 2010, foram estabelecidos três grupos de trabalho permanentes: a) operacional e estratégico, b) jurídico e c) de tecnologia da informação. Destacamos como boa prática a preocupação dos grupos de trabalho com a produção de conteúdo, de estudos, o compartilhamento e a disponibilização das informações.

Neste período, os grupos de trabalho foram responsáveis pela produção de estudos no intuito de identificar os melhores procedimentos institucionais de combate à lavagem de dinheiro e à corrupção. Em algumas situações, a prática do monitoramento de determinados temas ou ações foi objeto de debate observado em grupos de trabalho, e ainda, discutido em reuniões do Grupo de Gestão Integrada (GGI). Embora formalmente instituído como atribuição do GGI, o monitoramento não gera resultados concretos, havendo ações que não são cumpridas.



ação. Os relatórios de cada ação podem ser observados como produtos importantes para o monitoramento da ENCCLA.

A efetividade de uma ação está relacionada à capacidade do coordenador e da Secretaria Executiva de articular e formar parcerias entre as instituições de modo a qualificar os argumentos e motivações para a ação. Além disso, é crucial a efetiva participação dos órgãos colaboradores, seja na troca de informações ou na realização de tarefas. A cooperação na forma de forças-tarefas produz os principais resultados porque qualifica a deliberação pública que depende do retorno e colaboração pontual dos membros. Neste sentido, há grande importância atribuída ao coordenador de ação e às atividades que são organizadas e estimuladas pela coordenação.

O órgão coordenador é decidido em reunião plenária anual, por manifestação espontânea da instituição. Apesar de vários órgãos se candidatarem como colaboradores na reunião plenária, em geral, ao órgão coordenador estão associadas apenas um ou dois colaboradores dispostos, efetivamente, a contribuir com a produção de materiais de apoio (ver descrição da Ação 04/12).

A produtividade de uma ação está na capacidade de gerar comprometimento dos coordenadores e em angariar colaboradores às forças-tarefas propostas. A distribuição de forças-tarefas estrutura as formas de participação de cada membro e de cada instituição.

As ações dependem, essencialmente, das "forças tarefas" atribuídas aos membros. As tarefas incluem sistematização de informações, de procedimentos internos, estatísticas, alimentação de dados, informações e trocas de expertises institucionais e, mais recentemente, a demanda por produção de breves estudos e matérias jornalísticas, dentre outros.

Importante enfatizar que, em alguns casos, pode não haver engajamento por parte dos coordenadores. A falta de comprometimento de alguns coordenadores foi observada por conta da ausência de relatórios finais de ação na documentação da ENCCLA, ou mesmo, na apresentação de relatórios incompletos ou inconclusos. Desta forma, há ações que não podem ser avaliadas pelo grupo uma vez que os relatos acerca dos seus trabalhos, ou mesmo das dificuldades de sua execução, não foram ou não puderam ser entregues por seus coordenadores. Cabe lembrar que mesmo a ausência de relatórios precisa ser computada como informação na Secretaria Executiva, especialmente, para o monitoramento do grupo.



É importante frisar que é possível que coordenadores não sejam engajados de fato. Neste caso, observamos que os relatórios finais de ação podem não ser entregues. Não há como dimensionar a realidade daquelas ações que não produziram relatórios finais. Podemos apenas subentender dois caminhos: ou a ação foi pouco exitosa ou não houve iniciativa de produção do relatório por parte do coordenador da ação. Estas informações demonstram a discrepância entre os diversos engajamentos institucionais. Isto porque a produção de relatório final de ação é um indicador do engajamento dos coordenadores.

Por outro lado, boas práticas podem ser observadas em relatórios de ação. A preocupação com a sistematização de informações e o controle no que diz respeito à assiduidade, número e datas das reuniões puderam ser identificadas em alguns relatórios (Ação 04/12). Além disso, a qualidade de relatórios, especialmente no que diz respeito às informações disponíveis acerca dos estudos e trocas de expertise são de absoluta relevância e demonstram o empenho de coordenadores e colaboradores das ações com a publicização dos resultados finais. O monitoramento depende diretamente desta atenção.

3.6- Relatórios anuais

Os conteúdos dos relatórios anuais descrevem metas e ações realizadas e demonstram a preocupação em construir respostas e justificativas para os participantes e demais instituições. As informações descritas anualmente nos relatórios finais não estão padronizadas, embora possam ser comparadas em relação à linguagem e resultados apresentados. Para este produto foram observados resultados em cada um dos relatórios anuais. O objetivo foi apreender a metodologia dos relatórios, a sistematização de informações e o engajamento das instituições. As informações mais detalhadas sobre cada relatório final anual encontra-se no anexo deste documento.¹¹

¹¹ Destacamos duas práticas exitosas presentes nos relatórios finais de 2009 e 2011. O primeiro, embora com poucas informações básicas de monitoramento, apresentou destaque para estudos produzidos no âmbito dos grupos de trabalho, à época, grupos jurídicos, de tecnologia da informação e operacional/estratégico. Por outro lado, o Relatório Final de 2011 deve ser destacado como modelo de boa prática, redação, linguagem e monitoramento de informações. O Relatório Final de 2011 apresentou dados relativos às reuniões realizadas, detalhamento das ações e das atividades do GGI. Neste ano, foram realizadas mais de 70 reuniões dos grupos de trabalho e do GGI. O GGI realizava reuniões bimestrais e de monitoramento das ações.

Para o Produto I, apontamos sugestões no sentido de orientar a produção dos relatórios de ação e relatórios finais. A descrição padronizada de informações básicas, desejáveis em documentos, produzidas e sistematizadas nos relatórios, ano a ano, pode chamar a atenção para boas práticas, bem como constranger a ausência de justificativas e informações ao grupo, dentre outras questões. Isto porque, documentos produzidos ao longo do ano, poderiam estar organizados de forma a facilitar o acesso da informação, especialmente, no que diz respeito à organização de estudos, matérias jornalísticas e produção de informações compartilhadas.

Neste sentido, quais informações foram descritas nos relatórios anuais, censos e nos relatórios finais de ação? E quais deveriam constar? O destaque para informações simples como aquelas pertinentes e sistematizadas em estudos, pode auxiliar pesquisas e publicações futuras da ENCCLA. Os relatórios anuais poderiam conter a compilação legislativa pertinente às minutas de projetos e anteprojetos de lei e aos posicionamentos pactuados, por exemplo. Citamos ainda, outras informações que podem constar nos relatórios como números e datas das reuniões/por ação/ano, dados de assiduidade e rotatividade dos membros, bem como, tabelas anuais de coordenadores. Por fim, os relatórios finais podem estar orientados para a descrição das motivações iniciais à ação, como histórico/justificativa e apontamentos acerca de sua continuidade, produzidas e discutidas nos grupos de trabalho.

As propostas serão apresentadas no Produto Final e devem incluir recomendações para a produção de relatórios e a organização de informações e estudos. Há ações que podem avançar muito, perder força política e, anos depois, voltar a fazer parte da arena de deliberação pública. Mais uma vez, bons procedimentos de controle e monitoramento podem fornecer indicadores importantes acerca da continuidade ou fim de uma ação.

3.7- Participação e engajamento

A ação coletiva na ENCCLA depende de questões como a assiduidade, baixa rotatividade e engajamento individual dos participantes. Do ponto de vista institucional, a participação requer baixa rotatividade entre os participantes por meio

do comprometimento da instituição com a escolha do nome indicado. A troca de nomes pode gerar quebra de *expertise* para a instituição. A participação depende também da assiduidade dos membros em reuniões cotidianas de trabalho, em reuniões do GGI e nas plenárias anuais.

Quanto ao engajamento, a classificação dos membros foi observada em dois pontos principais. O primeiro deles é o papel do coordenador de ação e a capacidade de angariar colaboração. O segundo ponto é o resultado diante da distribuição de tarefas entre os membros, portanto, diante dos participantes que contribuem como efetivos colaboradores para a qualificação do debate e realização de tarefas concretas.

A distribuição de trabalho e compartilhamento de informações e estudos atribui responsabilidade a cada membro participante da ENCCLA. Neste sentido, é importante destacar que a qualidade da participação está associada ao engajamento individual, à qualidade do trabalho dos coordenadores, ou ainda, à responsividade (*responsiveness*)¹² do representante de cada instituição parceira da ENCCLA.

Nesta perspectiva, há diferenças significativas entre os 64 membros participantes. A definição do coordenador de ação e o resultado e produtividade desta coordenação, inclusive dimensionada por sua capacidade de angariar colaboração, são medidas importantes para a participação. Podemos perceber três perfis principais de engajamento: membros participativos, colaboradores eventuais e observadores.

Os membros participativos são também formuladores de políticas e soluções e, em geral, assumem trabalhos em coordenadorias de ação. A coordenação tende a acorrer diante de parcerias institucionais vocacionadas para o tema, estruturada por órgãos diretamente interessados nos resultados da ação. Desta forma,

¹² *"Responsiveness, responsibility and majority rule comprise a trio of terms that are basic to the discipline of political science, and particularity to the analysis of democratic political institutions. (...) The word responsiveness is less frequently encountered in the literature of political science than either of the other terms under discussion, but the idea is central to any study of politics. The person or group that exerts influence is influential; the person or group on whom it is exerted is responsive. (...) From the broad philosophical orientation that we have assumed, it is clear that governments should be responsive to any clear and settled popular demand. Some would say that they should respond quickly to any clear expression of public opinion, whether or not "settled", while others would hold that the opinion should persist long enough to give some assurance that it represented more than a passing win."* (Pennock, 1952:p.791). Pennock J. Roland (1952). "Responsiveness, Responsibility, and Majority Rule," APSR, Vol. APSR, vol. 46: 790-807
(Disponível em <http://www.apsanet.org/~pop/APSA1950/Pennock1952.pdf>, acessado em 28/07/13)

empenham recursos humanos qualificados, com disponibilidade de tempo e potencial capacidade de liderança e persuasão de servidores públicos.

Os membros da ENCCLA podem ser também colaboradores eventuais. Em especial, dizem respeito às instituições que têm metas compartilhadas e auxiliam, pontualmente, a realização de forças tarefas e compartilhamento de informações. As articulações e parcerias são importantes e podem produzir resultados significativos, especialmente, se considerarmos que são lideranças públicas, com capacidade real de transformação de rotinas e procedimentos burocráticos, formação de opiniões e formulação, não somente de ações, mas de políticas públicas e de boas práticas. Apenas dois ou três representantes podem, em capacidade de trabalho e mobilização, transformar ações de Estado, com efetivos benefícios à administração pública, entre outros princípios como a própria capacidade formativa para a colaboração e geração de capital social¹³ entre os membros.

Os membros observadores podem ser classificados como assíduos ou ausentes. Os observadores assíduos, embora presentes em reuniões, são pouco participativos no que diz respeito ao comprometimento com a realização de tarefas coletivas. Aqueles que podem ser classificados como observadores ausentes, permanecem como membros, embora participem apenas em reuniões do GGI, ou exclusivamente, em plenárias, por exemplo.

O controle sobre a assiduidade dos membros e finalização das forças-tarefas pode produzir respostas para estas classificações. Embora a participação em reuniões seja fundamental para o desenvolvimento dos trabalhos, não há cerceamentos no que diz respeito às ausências ou baixa produtividade dos órgãos colaboradores.

¹³ Para Robert Putnam e Almond Verba, o conceito de capital social está ligado ao de confiança interpessoal. A confiança interpessoal depende de um padrão cultural que estimula a participação política e a mobilização de indivíduos, aumentando o controle, a fiscalização e a responsividade do sistema político (Putnam:1996 ;Verba: 1981). Nesta perspectiva, quanto mais confiáveis os cidadãos, mais inclinados estão para cooperarem. De acordo com os pesquisadores Seligson e Rennó (2000), as práticas cotidianas e normas sociais, como apontados por Putnam e Verba, são fundamentais no encorajamento do indivíduo à participação política. Se no padrão de comportamento social predominam padrões de interação baseados na confiança, tolerância e interesse por assuntos públicos, tais valores estimulariam a formação de capital social e de uma cultura cívica participativa. Cada país ou cada coletividade teria, portanto, normas sociais mais propensas ou não à ativação política. A dificuldade de formação de capital social presente em uma cultura política dependeria da ausência de confiança entre os cidadãos. A falta de confiança interpessoal produziria uma sociedade civil fragilizada pela valorização de interesses privados e individualistas e pela convivência com sentimentos de impotência política individual frente aos assuntos do Estado (Seligson e Renno:2000).

A divisão do trabalho em equipe, potenciais de engajamento e qualificação da participação, serão observadas para a execução do plano de entrevistas.¹⁴ Os resultados, produzidos nos próximos meses, serão entregues como parte do Produto Final, incluindo também a proposta metodológica. Desde já destacamos que dentre as propostas a serem apresentadas por esta consultoria, no que diz respeito à metodologia de trabalho, sugere-se que os controles de participação, assiduidade e rotatividade sejam sistematizados e divulgados para os demais membros da estratégia nacional.

Nesta perspectiva, para os próximos produtos, é importante dimensionarmos o trabalho dos participantes da ENCCLA, em horas, dias, etc. O servidor público depende de tempo e requer forte disponibilidade ao seu exercício cotidiano, especialmente, por conta da coexistência com atribuições de origem. O tempo gasto com as atividades da ENCCLA, bem como o tempo pretendido para as atividades da estratégia, poderão ser dimensionados nas entrevistas em profundidade, cujo resultado deverá ser apresentado no Produto Final.

3.8- Deliberação

A deliberação pública na ENCCLA é realizada por consenso, significa dizer que o modelo deliberativo não é por maioria ou soma-zero. A consequência, no que diz respeito ao comprometimento de cada instituição, é que a arena de deliberação consensuada exige, para além das deliberações por maioria, de significativos esforços na formação de mini-públicos e na qualificação do debate. Assim, o objetivo da ENCCLA não é somente permitir a deliberação pública, mas também, estimular a formação de consensos qualificados.

A ENCCLA depende de responsividade, da colaboração dos pares e do reconhecimento do órgão diante da qualificação desta participação. Desde a sua criação, a instituição busca promover a formação de consensos institucionais

¹⁴ Para as entrevistas algumas preocupações podem, de antemão, ser identificadas como relevantes. Dentre elas, as perguntas: O funcionário é 'vocado' para a ENCCLA? Como é feita internamente a seleção e indicação do participante? A instituição está sabendo da fraca ou da assídua participação do representante? A instituição está convencida da importância dos benefícios públicos de sua parceria com a estratégia ENCCLA? Quais são os pontos de contato? O membro indicado para participar da ENCCLA está ciente de suas responsabilidades?

capazes de construir, no interior de cada ação, estratégias nacionais e estaduais de combate às práticas de corrupção e lavagem de dinheiro no país.

Em termos práticos e organizacionais, a formação para o consenso requer, como dito anteriormente, assiduidade e participação efetiva dos membros, além de baixa rotatividade e comprometimento de cada instituição. A rotatividade de membros rompe com a cadeia da especialização e do capital social gerado a partir da produção de soluções e resultados relativos à prevenção e repressão a estes crimes.

Isto porque o problema da arena de deliberação consensuada está na dificuldade de construção de ambientes que permitam a troca e o compartilhamento de experiências. Neste caminho, a deliberação pública baseada no consenso requer a formação de argumentos estimulados pela produção de conteúdo, troca de experiências, informações e a especialização dos membros. Evitar problemas para ENCCLA significa evitar a assimetria informacional¹⁵ no processo de deliberação pública.

A assimetria informacional pode gerar pouca colaboração entre os membros, descontinuidade das ações e, além disso, estimular o veto desqualificado de propostas. Para tanto, é necessário fomentar a permanência dos membros e a sua especialização, além da produção de conteúdos, estudos e informações que fortaleçam a ação comunicativa entre eles.

3.9- Monitoramento e comunicação institucional

As ações desenvolvidas na ENCCLA são complexas por diversos motivos. Dentre estes motivos, estão a diversidade de instituições que a compõem e a especificidade do tema tratado na estratégia. Além disso, a complexidade da ENCCLA também está no processo deliberativo e reside na capacidade de gerar responsividade e elevado engajamento, de forma a fomentar um ambiente de

¹⁵ A assimetria informacional é um conceito da economia e descreve o fenômeno segundo o qual alguns agentes (privados, políticos, burocráticos) têm mais informação para a tomada de decisões do que outros. Nessa concepção, pode haver desconhecimento por parte de um tomador de decisão das informações possuídas por outros agentes, dentro de um mesmo ambiente político (Williamson, 1985). Para lidar com essa questão é importante o cuidado especial com a gestão das informações, bem como o compartilhamento de conhecimentos por parte dos agentes em cooperação (Bertolin et al: 2008).

consensos qualificados e reiterados. Nesta perspectiva, há duas dimensões que precisam ser pensadas. A primeira delas é o monitoramento das ações e, a outra, é a comunicação institucional da ENCCLA, discutida mais adiante.

Para esta pesquisa, os espaços para a proposição de novas ações e de definição de sua continuidade (ou fim) precisam ter destaque. E, no intuito de auxiliar a definição de prioridades ao monitoramento, é fundamental observarmos as ações em três principais “momentos ou espaços deliberativos”.

O primeiro momento corresponde à definição das novas ações e, por último, o seu fim. Devemos ainda enfatizar o momento de deliberação da continuidade de uma ação, especialmente, por conta da importância atribuída ao encadeamento de alguns temas e do potencial de correlação entre as ações. O início, o fim e a permanência consciente de um tema no ambiente deliberativo é resultado da capacidade de realização de acompanhamentos e de produção de conteúdo por parte da Secretaria Executiva, dos grupos de trabalho e do GGI.

Pudemos observar nos relatórios que a finalização mais comum para uma ação é o término do ano sem previsão de continuidade, desta forma, o fim estaria apenas subentendido. Outro motivo para a descontinuidade de uma ação pode ser o abandono dos trabalhos por parte do coordenador e dos colaboradores, presente em apontamentos descritos em alguns relatórios finais (ver relatórios anexos).

Por outro lado, há temas que são relevantes para a instituição mas perdem força, e anos mais tarde, podem ressurgir na discussão política. O tema volta a ser objeto de reflexão por conta da urgência em responder às demandas internacionais ou demandas internas por integração de procedimentos (withinputs). Casos como o tema da extinção de domínio e a criação de agência de administração de bens apreendidos são assuntos que podem ser identificados com esta perspectiva da continuidade. Portanto, são temas passíveis de serem monitorados pela ENCCLA.

No intuito de problematizarmos um pouco mais a questão, citamos o entendimento acerca de uma ação recente, de 2013. A Ação 13/13, coordenada pelo LAB/LD e Câmara dos Deputados, foi criada para a formulação e produção do leiaute do *site* da ENCCLA. Neste caso, os representantes da Câmara dos Deputados, em reunião realizada em maio deste ano, apresentaram os resultados e metas da ação e atribuíram o seu fim à realização de seu objetivo. O cumprimento total da meta ocorreu com a apresentação pública do desenho do *site*, seguida de abertura às contribuições dos demais membros.

A ênfase está no prosseguimento à ação cumprida. Sobretudo porque, neste caso específico, o *site* proposto por representantes da Câmara dos Deputados, prossegue em outra iniciativa, a depender da produção de conteúdo que possa alimentar a página. A meta associada ao seu cumprimento é a efetivação do grupo de assessores de comunicação da ENCCLA. Este grupo foi constituído com intuito de formular a política de comunicação institucional da ENCCLA. O atual desafio é institucionalizar o grupo de assessores de comunicação.¹⁶

A questão está premente e, embora a Ação 13/13 tenha sido realizada com sucesso, necessita com urgência de atividades paralelas para a sua efetiva implementação. O exemplo da Ação 13/13 permite concluirmos que o acompanhamento das ações deve ser feito de modo a fortalecer o planejamento encadeado das metas da ENCCLA.

A continuidade de uma ação deve ser avaliada de acordo com a necessidade ou não de permanecer com aquela determinada estratégia, naquele ambiente político, em uma dada formação para o consenso. Para tanto é fundamental que sejam definidas, em arena de deliberação consensuada, as atribuições e responsabilidades de cada instituição parceira, da Secretaria Executiva e de cada um dos representantes especialistas no tema.

Em princípio, é importante observar que há diversos entendimentos a respeito da forma de monitoramento a ser implantada. A primeira questão a ser decidida é se o monitoramento será realizado diretamente por grupos de trabalho ou pelo GGI. Outra alternativa é realizar o monitoramento, sobretudo, por meio da contratação de pesquisadores. A sugestão apresentada por esta consultoria indica a possibilidade de que o monitoramento, uma vez apontadas as prioridades em deliberação pública consensuada, possa ser realizado por especialistas contratados a partir de convênios e parcerias firmadas com instituições como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), dentre outros órgãos.

¹⁶ Há uma proposta em deliberação, formulada pelo grupo recém-constituído de assessores de comunicação, para estruturação da política de comunicação institucional da ENCCLA. Dentre outras questões apresentadas em reunião do grupo de trabalho está o comprometimento, de cada instituição presente com a produção de matérias jornalistas de modo a contribuir para divulgação do trabalho desenvolvido na ENCCLA. A dificuldade reside na capacidade de realização da força-tarefa e fortalecimento do grupo, especialmente, no comprometimento dos órgãos em dedicar recursos humanos para tal fim.



Enfatizamos que, diretamente ou não, a produção de conteúdo e o monitoramento devem fazer parte das atribuições dos membros e participantes de grupos de trabalhos e/ou do GGI. Sobretudo, os assuntos mais relevantes ou prioritários precisam ser discutidos e sistematizados de forma a permitir que os processos da instituição sejam planejados.

O monitoramento e o planejamento dependem da produção de informações qualificadas e da gestão das informações produzidas. Para esta consultoria, a qualificação dos argumentos presentes no processo deliberativo está diretamente associada à capacidade de monitoramento de temas e ações, e também, da comunicação institucional da ENCCLA.

O resultado dos esforços coletivos de monitoramento e comunicação têm significativa importância na capacidade de a ENCCLA gerar cooperação e planejamento às suas ações. O momento de qualificação e publicização das propostas e das informações é chave para a gestão e planejamento da ENCCLA. Fomentar a qualidade das informações disponíveis para a formação dos argumentos da ação coletiva constitui o passo anterior que culmina com a aprovação das propostas de ação para o ano subsequente.

Segue que o funcionamento atual da ENCCLA, em que está prevista a apresentação da proposta de ação e dos relatórios finais de ação exclusivamente em ambiente de plenária, apresenta problemas. Este procedimento enfraquece a avaliação dos argumentos debatidos, em especial, porque não permite o aprofundamento do debate, além de sujeitar o ambiente deliberativo à possibilidade de propostas de ações, vetos ou de aprovação de relatórios finais pouco refletidos institucionalmente.

Para a continuidade e qualificação das propostas de ações é necessário que estejam organizadas, de forma a também disponibilizar justificativas e argumentos aos membros antes da deliberação e planejamento anual. Sugerimos que as propostas de ação e os relatórios finais de ação sejam conhecidos previamente pelos membros, de modo a estimular o debate qualificado dos temas. Estas informações devem ser simples e significativas e incluir, por exemplo, a contextualização do tema ou o entendimento acerca da motivação e a justificativa para a nova ou contínua ação.

As propostas, quando previamente apresentadas e conhecidas, fortalecem o debate em plenária e estimulam o planejamento de ações mais estratégicas para a

ENCCLA. Por outro lado, o conhecimento prévio do assunto estimula o comprometimento do candidato a coordenador com a formação de parcerias e de colaboradores. Alcançar maior comprometimento dos coordenadores e colaboradores, especialmente por conta de um conhecimento compartilhado das propostas, significa diminuir a assimetria informacional entre os membros.

Quanto mais fundamentadas e conhecidas as razões para imprimir esforços em uma dada meta ou ação, maiores as chances de engajamento nas forças-tarefas. O conhecimento prévio das propostas e dos relatórios de ação favorece a reflexão menos açodada de temas tão complexos, tanto por parte do órgão, quanto de seu representante na ENCCLA.

A capacidade de produção, compartilhamento e armazenamento de informações para cada um dos temas deliberados é fundamental para a instituição. Nesta perspectiva, pudemos observar um problema significativo na comunicação institucional da ENCCLA. Esta questão diz respeito, sobretudo, à falta de informações acerca da estratégia. A solução para o problema implica em produzir conteúdo, compartilhar e disponibilizar os resultados pouco dimensionados, por vezes, entre os próprios participantes da ENCCLA.¹⁷

Embora a comunicação da ENCCLA possa ser apontada como um problema que demanda significativa preocupação há importantes ações em curso que demandam estímulos para a sua concretização. Não podemos deixar de destacar os esforços para melhorar a participação entre os órgãos com a criação do grupo de assessores de comunicação.¹⁸ Outras importantes iniciativas são: o livro “ENCCLA 10 anos”, lançado em julho de 2013, o Fórum ENCCLA, iniciativa do Laboratório de Lavagem de Dinheiro (LAB/LD), além do *site* da própria instituição, descrito anteriormente como resultado da parceria com a Câmara dos Deputados.

¹⁷ Muito embora hajam inúmeros resultados demandantes de publicização, a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro permanece pouco conhecida no país. Os espaços formais de divulgação da iniciativa, como o site do Ministério da Justiça e o Blog da Justiça, têm informações desatualizadas e pouco atraentes. Cabe observar que a consultoria não realizou um acompanhamento sistemático de pesquisa nesta área mas o problema foi percebido em virtude de visitas aos sítios institucionais do Ministério da Justiça. A exceção identificada diz respeito à divulgação de eventos, como cursos e seminários.

¹⁸ A secretaria pode ser um indutor da produção de conteúdo, especialmente quando o DRCI é coordenador ou colaborador da ação. Há muitas parcerias que são firmadas entre a coordenação e a Secretaria Executiva/DRCI. Todavia, é importante dimensionar, por outro lado, a sobrecarga de atividades cotidianas atribuídas à Secretaria Executiva, especialmente por conta de seu exíguo quadro atual de funcionários.



De forma complementar, a organização e divulgação das informações estimula a visibilidade das iniciativas exitosas, bem como a qualificação, ao longo do tempo, da troca sedimentada de *expertises* institucionais. Desta forma, a sistematização de informações e a preocupação com a comunicação, divulgação e publicação podem estimular não somente boas práticas, mas, essencialmente, maior visibilidade e institucionalidade diante das inúmeras conquistas da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).

Informações relevantes e sistematizadas podem resultar em conteúdos para a produção de matérias jornalísticas, cadernos de pesquisa, livros e informações para blogs e para *sites* institucionais. Para fortalecer o monitoramento e o planejamento plurianual, sugerimos além da divulgação dos eventos, a realização de compilações dos seminários, por exemplo. Além disso, é importante a produção de estudos e matérias jornalísticas ao longo do ano, de modo a servirem como instrumento de qualificação do debate e de alimentação de conteúdo para o site.

Os problemas residem na alimentação dos conteúdos, portanto, na produção de informações. As maiores dificuldades observadas na ENCCLA estão na urgência de contratação de reforços administrativos e técnicos para as áreas de comunicação institucional e de monitoramento da ENCCLA. A questão a ser resolvida diz respeito à ausência de apoio administrativo e de jornalistas ou assessores de comunicação na Secretaria Executiva.

Acontece que este é o primeiro ano de acompanhamento do recém constituído grupo de assessoria de comunicação da ENCCLA e suas ações serão, certamente, fortalecidas para os anos seguintes. Este fortalecimento depende da presença de especialistas em comunicação. O assunto será melhor discutido com a apresentação de proposta para o Plano de Comunicação da ENCCLA, objeto do Produto II. A seguir, seguem as considerações finais em que destacamos as principais sugestões apresentadas neste documento.



4 - Considerações finais

O presente trabalho analisou o desenho institucional da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro por meio da reflexão crítica acerca da estrutura e da metodologia de trabalho da iniciativa. O intuito desta pesquisa foi de apreender a organização e funcionamento desta rede de articulação institucional, o engajamento dos membros, os resultados e as dificuldades de ação coletiva da ENCCLA. Ao longo do texto foram feitas observações gerais e sugestões que consideramos importantes para a institucionalização da estratégia. Para conclusão, destacamos as principais questões e sugestões apontadas ao longo da pesquisa.

Quanto à estrutura, em resumo, o primeiro apontamento diz respeito à premência por formalização da ENCCLA e o estímulo à seleção vocacionada de participantes. Nesta caminho, é importante a institucionalização da iniciativa por meio da definição de mandatos aos membros titulares, suplentes e, também, da substituição justificada de representantes por parte dos órgãos parceiros.

A respeito de questões administrativas foram apresentados apontamentos relativos à insuficiência de recursos humanos disponíveis na Secretaria Executiva, especialmente, no apoio técnico e para produção de conteúdo. A falta de pessoal implica em dificuldades para a organização e sistematização de informações, dentre outros problemas. Esta questão é particularmente relevante para o acompanhamento da assiduidade, rotatividade e do controle relativo à adesão e ao afastamento de parceiros institucionais potencialmente estratégicos para a ENCCLA.

Quanto à metodologia foram apresentadas sugestões como o conhecimento prévio das propostas e dos relatórios finais de ação antes da realização da plenária anual, bem como a sistematização destas informações. É importante reiterar que o processo deliberativo precisa estar qualificado para o consenso e as informações que dizem respeito aos resultados e dificuldades devem ser conhecidas e sistematizadas.

A sistematização de informações pode ser realizada a partir dos resultados observados. Estes resultados foram classificados em macrodimensões da ação coletiva e correspondem aos esforços no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, especialmente, por meio: i) da especialização e formação de servidores; ii)



produção de conteúdo e informação; iii) criação e integração de banco de dados (TI); iv) além de propostas normativas de anteprojeto de lei e alterações legislativas.

A principal questão a ser enfatizada é a necessidade de monitoramento das ações e de atenção à comunicação institucional da ENCCLA. A defesa desta consultoria é por um sistema de monitoramento, de produção e organização de informações. A construção de mecanismos de monitoramento e de *accountability* horizontal entre os membros da ENCCLA fortalece a multiplicação de boas práticas observadas, a partir de medidas como a produção e gestão da informação.

Cabe destacar que serão necessários mais estudos para aferir o impacto das ações e resultados alcançados em 10 anos de funcionamento da ENCCLA. Dentre outras questões, observamos que os resultados apresentados ainda não dimensionam o efetivo impacto das ações coordenadas para o compartilhamento de procedimentos, troca de informações e de *expetises* institucionais, por exemplo. Parte destas reflexões poderão ser melhor dimensionadas a partir da realização das entrevistas em profundidade.

No quadro atual, a efetiva capacidade de a ENCCLA formular, fomentar, efetivar e publicizar respostas ao enfrentamento dos crimes de corrupção e à lavagem de dinheiro permanece pouco dimensionada pelas instituições brasileiras e, sobretudo, pela sociedade civil em geral. O monitoramento poderá permitir que também possam ser aferidas informações relativas à dimensão e capacidade de a ENCCLA gerar soluções para o Estado brasileiro, inclusive como referência internacional. No que diz respeito à comunicação institucional, o estímulo à produção de conteúdo e de informações, ou seja, a preocupação e o investimento em comunicação, por outro lado, qualificam os argumentos para o processo deliberativo e organizam as informações para estudos e avaliações. Portanto, fortalecem a publicização e institucionalização dos resultados da ENCCLA.

No Produto II discutiremos, em especial, as estratégias e propostas de comunicação. Estudos acerca de iniciativas nacionais assemelhadas à ENCCLA e estudos comparados de experiências internacionais serão objeto de apresentação dos Produtos III e IV. As propostas metodológicas com os modelos de relatórios finais e os modelos de proposição de ações serão resultados apresentados no Produto Final.

5- Referências Bibliográficas

ALMOND, G. e VERBA, S. (eds.). *The Civic Culture Revisited*. Newsbury Park, Ca., Sage Publications, 1981.

BERTOLIN, Rosangela Violetti; SANTOS, Antônio Carlos; LIMA, Juvêncio Braga; BRAGA, Marcelo José. Assimetria de Informação e Confiança em Interações Cooperativas. RAC, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 59-81, Jan./Mar. 2008 (disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v12n1/a04v12n1.pdf>, acessado em 04/08/13).

FUNG, Archon. Receitas para Esferas Públicas: oito desenhos institucionais e suas consequências. In: SHATTAN, Vera Coelho; NOBRE, Marcos (orgs). *Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004.

OLSON, Mancur. *The Logic of Collective Action: Public Goods and Theory of Groups*. Cambridge, Mass. Harvard University Press, 1965.

PATEMAN, Carole. *Participation and Democracy Theory*. Cambridge Univ. Press, 1970.

PENNOCK, J. Roland. "Responsiveness, Responsibility, and Majority Rule." *APSR*, 1952, vol. 46 (p. 790-807).
(Disponível em <http://www.apsanet.org/~pop/APSA1950/Pennock1952.pdf>, acessado em 28/07/13)

PUTNAM, Robert . *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SELIGSON, Mitchell e RENNO, Lucio. Mensurando Confiança Interpessoal: Notas acerca de um Conceito Multidimensional. Dados vol.43 no.4 Rio de Janeiro , 2000 (disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000400007, acessado em 04/08/13).

Williamson, O. E. *The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting*. New York: Free Pass, 1985.

6 - Anexo

Relatórios, documentos e ações

As informações apresentadas foram pesquisadas em documentos produzidos ao longo de 10 anos da estratégia. A redação do Produto I implicou no estudo de relatórios, memórias, atas, pareceres, recomendações, justificativas, censos, dentre outros documentos pesquisados. Em virtude da quantidade de informações, optou-se pela análise geral e descrição dos principais relatórios.

Dentre os documentos foram analisados relatórios de ação, relatórios finais, memórias e dois bancos de dados, site do Ministério da Justiça, etc. Nas próximas páginas foram descritas informações presentes nos relatórios finais da ENCCLA, entre os anos de 2004 e 2012. Os documentos foram observados e sistematizados seguindo as informações disponibilizadas em cada um dos documentos, bem como no *site* do Ministério da Justiça (www.portal.mj.gov.br).

Neste item foram descritas informações acerca dos relatórios finais, desde a criação da ENCCLA, bem como dos relatórios de ações, anos de 2011 e 2012, além dos censos realizados em 2005 e 2006. Não foram apresentadas informações padronizadas, embora possam ser comparadas em relação à linguagem e resultados apresentados. O objetivo foi apreender a metodologia de trabalho, as mudanças implementadas, a sistematização de informações e o engajamento das instituições.

Censos Enccla I e II e lista de base de dados

O Censo ENCLA I e II e Lista Base de Dados foram estudos produzidos, em 2005 e 2006, acerca das bases de dados dos participantes da ENCCLA úteis ao combate à lavagem de dinheiro. O Censo I da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro (ENCLA) identificou 92 bases de dados que poderiam ser úteis às finalidades da ENCLA, administradas por órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário e do Ministério Público. À época, dois projetos foram destacados da análise do Censo ENCLA: o *Data Warehouse* SINTESE, em desenvolvimento pelo Tribunal de Contas da União e a Rede INFOSEG, coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública. A descrição dos resultados desses projetos foi



obtida por meio de entrevistas com seus coordenadores e consta-se descrita no documento Censo Encla II.

As principais demandas percebidas pelo Censo Encla – 2005 foram as bases da Secretaria da Receita Federal, as cadastrais (como CPF e CNPJ) e cobertas pelo sigilo fiscal; bases de aeronaves, embarcações, veículos e imóveis; e necessidades diretamente ligadas ao preenchimento de relatórios internacionais, problema este solucionado com a centralização da autoridade de cooperação jurídica internacional no país.

Entre as dificuldades apontadas para a consulta das bases foram descritas as limitações burocráticas, jurídicas e técnicas. Essencialmente, destacou-se a necessidade de convênios entre os órgãos, dificuldades jurídicas, como quebra de sigilo fiscal e bancário e técnicas, como o armazenamento de dados em plataformas com intranets para acesso às informações.

O documento "Lista Base de Dados" descreveu as noventa e duas (92) bases de dados pesquisadas para o Censo ENCCLA I e II, em 2005.

Relatório Anual 2004

A primeira edição da ENCLA foi realizada em dezembro de 2003, em Pirenópolis/GO e estiveram presentes vinte e sete órgãos. Neste ano, o relatório foi amplo e cuidadoso, com uma grande preocupação fundacional. Foram descritas as metas, inclusive com justificativas e históricos, resultados, desafios e perspectivas. Estas informações correspondem a um excelente modelo que poderia ser revisto para próximos relatórios anuais. Entretanto, o relatório fragiliza-se diante do excessivo número de metas previstas para o ano seguinte: trinta e duas (32) metas.

Relatório Anual 2005

A ENCLA 2005, realizada em Itaipava/RJ, contou com a participação de cinquenta e sete órgãos, os quais deliberaram objetivos estratégicos e metas para o ano seguinte. O relatório apresentou uma breve descrição das metas e dos resultados, debatidos ao longo do ano de 2004.

Relatório Anual 2006

A ENCLA 2006, em Vitória/ES, contou com a participação de mais de cinquenta órgãos, sendo aprovadas vinte e nove metas. Em atenção à

recomendação do Tribunal de Contas da União, foi decidido – em conjunto com a Controladoria–Geral da União – que a ENCLA incluiria o tema “combate à corrupção”, passando a ser denominada *Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)*. Cabe destacar que o relatório de 2006 apresentou informações incompletas e inconclusas (com apenas 18 páginas).

Relatório Anual 2007

A ENCCLA 2007, realizada em Ribeirão Preto/SP, contou com a presença de cinquenta e dois órgãos e mais de cem participantes, ocasião em que foram aprovadas trinta e três metas e vinte recomendações. O relatório de 2007 é o maior relatório em volume de páginas (187). O número de páginas pode ser justificado diante da apresentação de estudos detalhados acerca de temas como a lavagem de dinheiro, bem como os anexos dos anteprojetos de lei e PL’s acompanhados pela estratégia. Esta iniciativa é interessante embora não deva vir no corpo do documento mas, destacadamente, anexo, para futura sistematização.

Relatório Anual 2008

Em 2008, foi aprovada nova estrutura de funcionamento da ENCCLA. Três grupos permanentes, operacional-estratégico, jurídico e o de tecnologia da informação, passaram a produzir estudos para identificar melhores práticas e tendências do combate à lavagem de dinheiro e à corrupção, dentro de suas respectivas especialidades. Os grupos deveriam auxiliar os subgrupos no cumprimento das metas aprovadas nas reuniões anuais.

Os prazos, definidos em plenária, estipulavam o cumprimento das metas. No relatório, embora constassem dezenove (19) metas foram apresentados apenas seis (6) relatórios finais, inclusive relatórios de grupos de trabalho.

Relatório Anual 2009

Na ENCCLA 2009, realizada em Salvador/BA, foram aprovadas dezesseis metas para os três grupos de trabalho. O relatório final de 2009 apresentou diagnósticos e estudos aprofundados. Embora não seja uma informação básica para constar em um relatório final, os estudos devem ser organizados, visando a publicação futura de cadernos de pesquisa. Os estudos podem servir para



divulgação interna ou para o público, desde que respeitados o sigilo de informações em deliberação na ENCCLA.

Relatório Anual de 2010

A ENCCLA 2010 ocorreu na cidade de Salvador/BA, como no ano anterior. A justificativa presente no relatório apontou para a realização do *12º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal*, em abril daquele ano. Na plenária foram aprovadas vinte e uma ações, sendo sete voltadas à temática jurídica e quatorze, à operacional e estratégica, além de quatro recomendações. Segundo o relatório anual, as ações pertinentes ao grupo de tecnologia da informação, cinco ao total, seriam aprovadas, posteriormente, na ocasião da 1ª Reunião do GGI-LD da Estratégia em 2010.

Relatório Anual de 2011

Os relatórios de 2010 e 2011 são relatórios completos e com informações relativas às ações e resultados previstos. Cabe destacar que o relatório mais completo, em linguagem mais acessível com informações diretas e pertinentes foi escrito em 2011. Portanto, deve ser considerado como referência para redação dos relatórios anuais. No relatório de 2011, foram propostas quatorze ações para o período anual seguinte e descritas a realização de mais de 70 reuniões, entre GGI e grupos de trabalho das ações. O GGI reuniu-se bimestralmente e o acompanhamento das ações foi destacado no relatório como resultado exitoso, devido à ampliação dos debates e eventuais correções nos rumos dos trabalhos.

Relatório objetivo, com excelente texto, embora extenso. Destaque para a composição, número aproximado de reuniões, descrição dos resultados e relatórios finais de ação.

Relatório Anual de 2012

O relatório inicia-se com o resumo da fala do Secretário Nacional de Justiça na plenária, seus agradecimentos e destaques para a importância e alcance dos resultados da estratégia. Muito embora possam ser encontrados em atas e memórias, não foram apresentadas informações acerca das reuniões realizadas por ação, bem como da composição final dos membros da ENCCLA. Por outro lado,



foram descritas informações relativas aos encaminhamentos de cada ação, potencialmente vistos como indicativos de continuidade e de futuro monitoramento.

As ações de 2013 estão em andamento e serão descritas no próximo item. Antes, porém, serão apresentados os resumos das principais ações de 2011 e 2012.

Resumo das principais ações de 2011 e 2012

Os relatórios finais e relatórios de ação, de 2011 e 2012, foram observados, em detalhes, no intuito de visibilizar: a linguagem utilizada, o comprometimento de coordenadores e órgãos colaboradores e boas práticas sugeridas nos documentos. As informações foram descritas de modo a permitir a sistematização no Produto Final, em que serão apresentados quadros de coordenadorias e tipologia de engajamentos.

Ações 01 a 17 de 2011

Ação 01/11: “Implementar mecanismos de levantamento de dados e estatísticas nos órgãos relacionados ao combate à corrupção, à improbidade administrativa e à lavagem de dinheiro”. **Coordenador:** CNJ e **Colaboradores:** MPF, CNMP, MP/SP, MP/RJ, AGU, DPF, RFB, CNPG, STF, SENAD, AMAERJ, CONCP, BACEN, TCU, COAF, SUSEP, CVM, PREVIC, CGU e PGFN.

Resultados da ação: O CNJ desenvolveu, em novembro de 2011, sistema para coleta dos dados e disponibilizou formulário para que as informações sobre os procedimentos instaurados, em andamento e/ou finalizados fossem enviadas pelos órgãos em formato padronizado. *(Levantamentos de dados e estatísticas/Ação passível de monitoramento)*

Ação 02/11 “Identificar e propor a disponibilização de informações não previstas no SICONV e que sejam necessárias aos órgãos de fiscalização, controle e investigação no cumprimento de suas atribuições”. **Coordenadores:** DPF e SLTI/MPOG e **Colaboradores:** MPS, SDE, TCU, CGU, AGU, DRCI, MPF e STN (convidado).

Resultado da ação: De acordo com o documento relatório final anual, foram elaboradas diversas propostas de aprimoramento do sistema. No entanto, o relatório



Ação 17/11: Identificar dificuldades e vulnerabilidades no rastreamento de recursos no sistema financeiro. **Coordenador:** BACEN e **Colaboradores:** AJUFE, PGR, BB, CEF, DPF, DRCI, MPF, FEBRABAN, PGFN e CVM

Resultados da ação: Os resultados são difíceis de serem aferidos, talvez a própria iniciativa tenha perdido a validade ao longo do ano, em razão de nova resolução do Banco Central do Brasil. Todavia, os resultados são descritos como superados após a edição da RC 3.454/BACEN e IN n.03/10, editada pela Corregedoria Nacional de Justiça. *(Ação prescrita)*

Ações 01 a 12 de 2012

Ação 01/12: Aprimorar o sistema nacional de combate ao suborno transnacional para adequação às obrigações internacionais, especialmente no âmbito da Convenção da OCDE.

Resultados da ação: Os apontamentos são vagos e descrevem as motivações da ação 01, sugerindo, enfaticamente, a continuidade da ação para que se proceda ao monitoramento da implementação da Convenção da OCDE. Neste ano, os relatórios finais deveriam ser aprovados em plenária, fato que ocorreu em todas as deliberações – o que acaba tornando o instrumento *pro forma*. *(Resposta aos organismos internacionais/Informações incompletas ou inconclusas)*

Ação 02/12: Elaborar roteiro de boas práticas em contratações públicas, prioritariamente voltadas para a prevenção da corrupção. **Coordenador:** CÂMARA DOS DEPUTADOS e **Colaboradores:** ADPF, AGU, ANAPE, CGU, CJF, CNJ, CONJUR, DPF, ESMPU, GNCOC, MD, MPF, MPOG, PGFN, SDE, SUSEP e TCU

Resultados da ação: A ação foi concluída com a entrega da ferramenta virtual no portal E-democracia e realização do seminário "Boas Práticas na Administração Pública". Foi sugerida a manutenção do fórum da ENCCLA no ambiente virtual do E-Democracia da Câmara dos Deputados. *(Proposta Formativa/Ação passível de monitoramento/Ação informativa).*

Ação 03/12: Criar meios para coibir a contratação indevida de pessoas físicas ou jurídicas e a ocupação indevida de cargos públicos por pessoas condenadas em



sede civil, criminal ou administrativa. **Coordenador:** TCU e **Colaboradores:** ABIN, AGU, CÂMARA, CGU, CNJ, CNMP, CVM, MP/MG, MPF, MPOG, PGFN e SDE

Resultados da ação: Os estudos realizados foram o levantamento das condenações previstas legalmente e as sanções em licitações, registro eleitoral de candidatos, contratação de servidor público, a idealização do cadastro e do respectivo tutorial. Os estudos identificaram, de acordo com o relatório, a necessidade de maior levantamento de informações e dados, além de novas estratégias para a interligação dos cadastros. Inicialmente, o documento descreveu a necessidade de obrigatoriedades legais ao gestor. Entretanto, a proposta foi aprimorada pelo grupo que sugeriu a emissão de um alerta indicando a necessidade de mais informações do servidor ou ocupante de cargo público. Além disso, a maioria dos cadastros estava incompleta e com dificuldade de interligação. Como encaminhamento foi proposta a continuidade dos trabalhos do grupo, a fim de se analisar a possibilidade técnica da interligação dos cadastros. Esta continuidade gerou a Ação 11, de 2013. *(Proposta formativa/Ação passível de monitoramento).*

Ação 04/12: "Aferir a situação da exposição de risco do País à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo para detectar áreas, mercados e setores econômicos que necessitem de adequações operacionais, regulamentares ou legislativas, especialmente em decorrência da Copa das Confederações de 2013, Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016". **Coordenador:** ABIN e BACEN e **Colaboradores:** ADPF, ANPR, COAF, CVM, DPF, DRCI, FEBRABAN, GNCOC, MD, MP/SP, MPF, PGFN, PREVIC, RFB, SUSEP e TCU.

Resultados da ação: A ABIN relatou que a meta em si não foi concluída, mas teve importante encaminhamento, com a aprovação da metodologia ARENA, utilizada no âmbito da ABIN. Mesmo com poucos resultados perceptíveis, o relatório foi considerado aprovado.

Continuidade: Propôs-se a continuidade da ação para que se verificasse a possibilidade de adequação e utilização da metodologia ARENA na ENCCLA. Observação: a ação e a metodologia continuam sendo discutidas nestes termos em 2013, resultando na Ação 01 de 2013. *(Resposta aos organismos internacionais)*



Ação 05/12: “Identificar e elaborar diagnóstico dos fundos existentes, nos âmbitos federal e estadual, de arrecadação e administração de bens, valores e direitos, oriundos de práticas ilícitas.” **Coordenador:** GNCOC e **Colaboradores:** ADPF, AJUFE, CNJ, CNMP, CONJUR, DPF, DRCI, FPCC/RS, INSS, MP/MG, MP/RS, MP/SP, MPF, PC/RS, PGFN, RFB, SDE, SENAD e STN

Resultado da ação: Segundo o relatório, a pesquisa foi realizada e compartilhou-se a informação de acórdão do TCU, com apontamentos necessários ao desenvolvimento da ação. Observou-se que a nova lei de lavagem de dinheiro, em seu art. 7º já prevê a destinação dos bens aos órgãos competentes, o que tornaria inviável a criação de um novo fundo para a administração dos bens. Todavia, esta ação está sendo objeto de debate em 2013, em virtude da Ação 05 e dos estudos realizados para a criação da agência brasileira de administração de bens apreendidos. *(Levantamento de informações, dados e estatísticas).*

Ação 06/12: Elaborar manuais de atuação conjunta entre os órgãos públicos em investigações de lavagem de dinheiro e corrupção. **Coordenador:** ESMPU ou MPF e **Colaboradores:** ABIN, ADPF, AGU, AJUFE, ANAPE, BACEN, CGU, CNMP, COAF, CVM, DPF, DRCI, ESMPU, GNCOC, LAB-LD, MD, [MS] (convidar), MP/RJ, MP/RS, MP/SP, MPF, MPOG, MPS, PC/RJPC-RS, PGFN, RFB e TCU

Resultado da ação: O manual não foi finalizado. Embora se tenha descrito, em relatório, a possibilidade de utilização como material complementar à formação do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD). *(Proposta formativa/Ação passível de monitoramento/Relatório incompleto ou inconcluso).*

Ação 07 e 08/12: Uniformizar tabelas de bens apreendidos entre as polícias. **Coordenador:** CONCPD e DPF e **Colaboradores:** ADPF, AJUFE, CJF, CNJ, PC/RS e SENAD e aprimorar o Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA, integrando-o com as bases de apreensões da Receita Federal, do Departamento de Polícia Federal e de ao menos duas polícias civis. **Coordenador:** CNJ e **Colaboradores:** ADPF, AJUFE, CJF, CONCPD, DPF, PC/RJ, PC/RS, PGFN, RFB e SENAD

Resultados das ações: As ações 08 e 09/12 foram unificadas. Mas como resultado final foi, tão somente, apresentada justificativa formal diante da intenção

de distribuir futuras atribuições entre a Polícia Federal e o Conselho Nacional de Justiça. Em virtude da ausência de informações, há possibilidade deste relatório da ação não ter sido entregue. Mesmo assim, o relatório foi aprovado em Plenária. *(Relatórios incompletos ou inconclusos/Ação passível de monitoramento)*

Ação 09/12: Uniformizar e regulamentar os procedimentos de apreensão, transporte, custódia, conversibilidade e destinação de moeda nacional e estrangeira e de outros valores. **Coordenador:** BACEN e **Colaboradores:** ADPF, AJUFE ANPR, BB, CEF, CNJ, CNMP, CONCPC, DPF, FEBRABAN, MPF, RFB e SENAD.

Resultado da ação: O grupo elaborou minuta de projeto de lei que estabelece normas para ingresso e saída do país de moeda nacional e estrangeira, bem como para o porte de moeda estrangeira no território nacional. Os encaminhamentos indicaram a intenção de apresentar e acompanhar a tramitação da minuta no Congresso Nacional. *(Proposta normativa/Acompanhamento legislativo/Ação passível de monitoramento)*.

Ações 10 e 11/12 - Criar mecanismos normativos para a interligação dos cartórios de notas informatizados. **Coordenador:** CNJ e **Colaboradores:** ADPF, AGU, ANAPE, CGU, CJF, CNMP, CONCPC, DPF, GNCOC, INSS, LAB-LD, MP/SP, MPF, MPS, PGFN, RFB, SENAD, TCU.

Resultados das ações: As ações 10 e 11 foram unificadas por serem similares e contínuas. Foi criado um sistema de monitoramento não público por questões de segurança, gestado pelo CNJ. Como encaminhamento, destaca-se a necessidade de verificar, junto ao GGI, a possibilidade de utilização dos cartórios virtuais de Registro de Imóveis pelos órgãos participantes da ENCCLA. *(Proposta normativa e integração de cadastros)*.

Ação 12/12: Elaborar plano de comunicação institucional e divulgação da ENCCLA. **Coordenador:** DRCI e **Colaboradores:** membros do GGI e Rede LAB-LD. **Resultados da ação:** Como resultados foram citados, entre outros, a formação do grupo de assessores de comunicação e o "Seminário de Boas Práticas em Contratações Públicas", realizado na Câmara dos Deputados. *(Continuidade da Ação 02/12 / Produção de informações e conteúdo)*



Relatórios detalhados de ações (2012)

O objetivo da descrição detalhada de duas ações em 2012 (Ação 04 e 13/12) é desenvolver capacidade analítica e percepção acerca das informações pertinentes aos relatórios finais de ação, destaques observados e práticas replicáveis ou não indicadas.

Relatório Final (Ação 4/12)– Ação coordenada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

O objetivo da ação foi *“aferir a situação da exposição de risco do País à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, para detectar áreas, mercados e setores econômicos que necessitem de adequações operacionais, regulamentares ou legislativas, especialmente em decorrência da Copa das Confederações de 2013, Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016”*.

Resultados apresentados: A ação foi criada em detrimento da necessidade de detectar as vulnerabilidades do país, identificar e avaliar áreas, mercados e setores econômicos, utilizando a metodologia da abordagem baseada em risco. BACEN e Ministério da Defesa apresentaram versões preliminares dos pontos de riscos nas duas primeiras reuniões. A última reunião foi seguida da apresentação da metodologia ARENA (ABIN). E, como consequência, foi proposto que a ABIN promovesse eventos de capacitação para difundir a metodologia específica. Foram realizadas três reuniões ao longo do ano (03/04, 29/05, 05/09) em que foi destacada ampla presença dos apoiadores (à exceção da GNCO, na segunda reunião). *(Boa prática: controle de assiduidade e de participação em força tarefa)*

Dificuldades identificadas: O principal motivo de criar tal esforço foi a recomendação da GAFI para que haja definição, por parte do Estado Brasileiro, de órgão ou instância responsável pela coordenação de uma política nacional de avaliação de riscos da lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Proposta da ABIN: constituição de grupo de representantes para elaboração da análise nacional de riscos do Brasil (ANR). Neste sentido, deveriam ser produzidas informações para subsidiar estratégias. Foram descritas as avaliações de riscos e

avaliações de ameaças realizadas em países como Argentina, Alemanha, Canadá, Bélgica, Espanha, EUA e Reino Unido. Como sugestão, foi atribuído a cada colaborador, levantamento dos negócios, produtos e serviços que considerassem passíveis de atenção, controle e avaliação. Apenas o Ministério da Defesa, além dos coordenadores da ação (ABIN e BACEN), apresentaram contribuições gerais. Importante enfatizar que esta ação envolveu também: CVM, MP/SP, MPF, GNCOC, DPF, RFB, MD, COAF, FEBRABAN, PREVIC, SUSEP, ANPR e PGFN.

Relatório Final (Ação 13/12) –O objetivo da ação foi “*estabelecer requisitos de sistema para formação de Cadastro de Pessoas Expostas Politicamente (PEP)*”.

Ação coordenada pela Controladoria Geral da União (CGU) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

Para o cumprimento da Ação, os seguintes órgãos se dispuseram a colaborar: Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Banco Central do Brasil (BACEN), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Tribunal de Contas da União (TCU), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Conselho da Justiça Federal (CJF), Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Supremo Tribunal Federal (STF) e Ministério Público Federal (MPF).

Resultados apresentados pela ação: A justificativa para o surgimento da ação esteve na necessidade de adaptação às recomendações internacionais previstas, em 2003, pela Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC) e também a revisão, no ano de 2012, das 40 recomendações do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo – GAFI.

(A descrição de justificativa para o surgimento da ação é visto como boa prática a ser replicada nos relatórios finais de ação).

De acordo com o relatório final da ação, ocorreram duas reuniões principais (24/04/12 e 28/06/12). Na primeira reunião, a CGU realizou breve apresentação do levantamento das normas e diagnóstico dos bancos de dados existentes referente



às Pessoas Politicamente Expostas (PEP). Na segunda reunião foi apresentada e aprovada minuta com os requisitos básicos identificados para a construção do cadastro. O grupo de trabalho acordou como órgão responsável pela gestão do cadastro, levando-se em conta suas atividades institucionais e experiência relativa ao Portal da Transparência, a Controladoria-Geral da União (CGU).

Dificuldades identificadas: O objetivo principal da ação consistiu na definição dos requisitos operacionais básicos para o cadastro, dentre eles, o ponto crítico observado foi a sua alimentação. O relatório final descreveu algumas expectativas, por parte dos coordenadores, de distribuição de tarefas ou de comprometimentos institucionais. De acordo com o documento, os órgãos presentes se comprometeram a pesquisar as melhores formas de obtenção das informações necessárias à alimentação do cadastro com informações de todos os poderes, embora a sugestão tenha sido de inicial foco no Executivo Federal. Todavia, a prática observada como orienta a distribuição de tarefas de modo a conduzir o resultado final. A distribuição de tarefas aos órgãos, de acordo com o relatório, atribuiu comprometimentos “naturais” de gestão como, por exemplo, as informações relativas aos titulares de mandatos, advindas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No caso de funções públicas providas pela via eleitoral, cujos PEP são titulares de mandatos, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) seria um candidato natural a ser um polo centralizador de tais informações. Com relação as funções públicas no Poder Executivo Federal, inclusive aquelas exercidas em empresas públicas, o MPOG poderia exercer esta função. Com relação a funções no Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) seria candidato natural a polo, sendo ainda necessário definir um polo para funções no Poder Legislativo Federal, que poderia ser o Tribunal de Contas da União (TCU). Ainda que seja possível discutir quais órgãos assumirão a função de polos centralizadores, acredita-se que a adoção desse modelo hierarquizado seja fundamental para viabilizar o Cadastro. (Relatório Final de Ação 13, 2012: p.14).

Se houve a tentativa de atribuição de responsabilidades, mesmo diante da ausência de instituições como no caso do Tribunal Superior Eleitoral (sem representação até maio de 2013), por outro lado, deve-se destacar o engajamento dos membros da ação. A prática de destaque foi percebida entre os coordenadores que encaminharam aos participantes os campos essenciais para preenchimento e,

também, procuraram identificar, de forma colaborativa, os órgãos detentores das informações necessárias para preenchimento do cadastro.

Além disso, de acordo com a CGU, deveriam ser identificadas normativas que obrigassem a alimentação do cadastro, bem como, a necessidade de levantamento de normativas já existentes. *(Continuidade da ação)*.

Descrição das Ações 2013

Ação 01/13: Instituir Grupo Permanente de Avaliação de Risco visando elaborar relatório para identificar, avaliar e compreender os riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo no País. **Coordenadores:** ABIN, BACEN, COAF, CVM, GSI, MD, DPF, RFB e GNCOC. (Continuidade: Ação 04/11)

Ação 02/13: Apresentar propostas de aperfeiçoamento do PLS 236/2012 (novo Código Penal), especialmente dos crimes contra a administração pública, a ordem econômica, tributária, financeira, terrorismo e seu financiamento e de lavagem de dinheiro. **Coordenadores:** GNCOC e MP/Sp e **Colaboradores:** AJUFE, CVM, AMB, PGFN, AGU, MP-PB, MP-RJ, STF, RFB, DPF, ANPR, CADE, MPF, SNJ, PC-RS, MD, SAL, CNMP

Ação 03/13 - Desenvolver junto à justiça eleitoral, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito o formato padronizado das respostas às requisições veiculadas com fundamento no art. 17-B da lei de Lavagem de Dinheiro. **Coordenadores:** MPF e **Colaboradores:** BACEN, REDE LAB, FEBRABAN, CVM, MP-SP, GNCOC, CEF, ANPR, BB, SUSEP, DPF, MP-RS, MP-PB, AGU

Ação 04/13 - Propor a regulamentação do artigo 7, § 1 da Lei 9613/98. **Coordenadores:** MPF e **Colaboradores:** PC-RS, PGFN, MP-SP, AJUFE, AMB, DPF, SENAD, PREVIC, CNPG, CNJ, GNCOC, SAL

Ação 05/13- Propor a criação de órgão encarregado da administração dos bens submetidos a medida assecuratória. **Coordenadores:** DRCI-SNJ, MP/SP e



Colaboradores:MPF, AJUFE, DPF, SENAD, GNCOC, AMB, AGU, MP-RJ.
(Continuidade: Ação 05/12)

Ação 06/13- Ampliar os mecanismos de combate ao suborno transnacional para adequação às obrigações internacionais, especialmente no âmbito da Convenção da OCDE.**Coordenadores:**CGU e MPF e **Colaboradores:**ADPF, AGU, AJUFE, ANPR, BACEN, COAF, CVM, DPF, DRCI/SNJ, DEEST/SNJ, RFB e CNMP (Convidar MDIC e MRE)

Ação 07/13- Implementar cadastro de Pessoas Expostas Politicamente (PEPs) com acesso público.**Coordenadores** :CGU e COAF. e **Colaboradores:** BACEN, CNJ, CNMP, CVM, FEBRABAN, MPF, PGFN, RFB, SUSEP, FPCC/RS, Câmara dos Deputados, STF e TCU. (Convidar PREVIC, MPOG/SEGEP, Casa Civil, Senado e Imprensa Nacional).

Ação 08/13 - Propor a criação, nos órgãos de controle, de cadastro contendo informações relevantes acerca dos procedimentos licitatórios, especialmente de dados dos participantes, visando à detecção e à prevenção de fraudes. **Coordenadores:**LAB-LD(MP/RS) e CNPG e **Colaboradores:** CADE, REDE LAB-LD, MP/SP MPC/RS, TCU, MPOG/SLTI, MP/RS, PGFN, MP/RJ e FPCC/RS.

Ação 09/13- Elaborar proposta de aperfeiçoamento dos meios operacionais de investigação nos crimes relacionados à lavagem de dinheiro e à corrupção. **Coordenador:**AJUFE e **Colaboradores:**MPRJ, CONCP, INSS, MP/SP, SAL/MJ, CADE, PC/RS, CNJ, SOF, SRJ/MJ, MPF, AGU, DPF, ANPR, CNMP, GNCOC, RFB, AMB, DRCI/SNJ e MPS

Ação 10/13- Acompanhar a elaboração e respectiva tramitação das propostas legislativas sobre bloqueio administrativo de bens, em cumprimento às Resoluções do Conselho de Segurança da ONU, e do instituto da extinção de domínio com vistas ao encaminhamento ao Congresso Nacional, bem como propor, analisar e acompanhar propostas legislativas que versem sobre os seguintes temas: (i) regulamentação do lobby; (ii) conflito de interesses; (iii) responsabilização de empresas por atos de corrupção; (iv) criminalização do enriquecimento ilícito; (v)



ratificação da Convenção da OIT sobre o trabalhador migrante; e (vi) organizações criminosas.

Coordenador:GGI-LD e SAL/Mj e **Colaboradores:**DRCI/SNJ; AJUFE, PGFN, PREVIC, DEEST/SNJ, CGU, ANAPE, CVM, MPF, RFB, SRJ-MJ, BACEN, DPF, TCU e AGU.

Ação 11/13- Criar dispositivo legal que regulamente os cadastros de sanções administrativas, cíveis e penais e a obrigatoriedade de sua consulta, bem como definir requisitos de integração, aos cadastros, dos sistemas de gestão e controle.

Coordenador:TCU e **Colaboradores:**MD, SLTI/MPOG, SOF/MPOG, FPCC/RS, CNJ, CNMP, PGFN, CADE, MPF, CGU, e DPF, MP/PB, CNPG.

Ação 12/13- Elaborar um Protocolo Interinstitucional de cumprimento da Lei 9.807/99, para maior efetividade e confiabilidade do sistema de proteção às testemunhas.

Coordenador:SDH/PR e MP/Rj e **Colaboradores:**PC/RS, AJUFE, ANPR, SRJ, GNCOC, MPF, CNMP, RFB, FEBRABAN, CNJ, MD, INSS, FPCC/RS, AMB, DPF e MPS

Ação 13/13- Disponibilizar sítio da ENCCLA e meios eletrônicos na rede mundial de computadores para gerenciamento de suas ações e para interação entre os órgãos da Estratégia e com a sociedade.**Coordenadores:**CÂMARA DOS DEPUTADOS, LAB-LD/DRCI/SNJ e **Colaboradores:**CGU, FPCC/RS, BACEN, DPF, RFB, SENAD, LAB-LD/MPPR, LAB-LD/MPRS, REDE LAB, CPADSI/MPM, CVM, SOF-MPOG, SLTI-MPOG

